

In aprovado o Projeto de Lei que era, perfectamente legal, e assim, a ofensa não foi para o Vereador Manoel Justino, mas sim para o Poder Legislativo do Município de Rio Branco, no que encerrou sua fala. O regru, outubro a Enunciado em Explicação Verbal, o Vereador Wilton Monteiro, relatando individualmente que ao assumir definitivamente o seu mandato, havia observado que os Imprensa do Município, em seu maioritário, ao receberem expedientes da Câmara Respondiam sem que os responsáveis pelas aposta pudesssem ser identificados. Disse que diante de tal desrespeito, havia sugerido ao Presidente da Casa que procedesse a devolução de tais expedientes. Disse que na ocasião determinada Vereador havia observado que o caso não tinha a menor importância. Disse que não aceitava tal postura, pois quem exerce a representação social das dificuldades para manter a população o trabalho realizando. Disse que aquela opinião contrária, sua sugestão permaneceu surtido estando todos os expedientes lidos, estavam encaminhados a destinatários identificados. Falou sobre Indicação em tramitação, solicitando ao Projeto, construção ligando a Ponte Silviano Godói ao Tanguá, quando todos sabiam que a obra estava em andamento. Questionou que tal movimento em nada contribuía para a Câmara Municipal de Rio Branco, e assim, via necessidade cuidado nas atitudes na Casa. Falou o regru de fóruns do Município, que divulgavam notícias da Câmara sem citar a fonte, o que eratribuia para confundir a opinião pública, principalmente quando Vereadores eleitos ou eleitos. Disse que sem sombra de dúvida os pesquisas divulgadas eram dirigidas, induzindo ao eleitor de forma errada, o que não aceitava, e assim encerrou sua fala. Nada mais a falar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus B. para constar, mandou que se ignorasse o presente Ata, que depois de feita, submetido o Enunciado à votação aprovado, com assinatura para que produza os efeitos legais.

ato da Reunião Sincera Sessão Ordinária do Segundo Sínodo Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (21) vinte e um de setembro do ano de (2000) das mil

estas dezoito horas do dia (21) vinte e

um de setembro do ano de (2000) das mil, sob a presidência em exercício do Senador Eduardo Bonfá Costa, e com o cunhacão "ad hoc" da Prima na Secretaria pelo Vereador Braz Benedito Ançanjo Filho, reuniu-se dinamicamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, despediram a chamada reunião os seguintes Vereadores: Antônio Carlos de Carvalho - candidato Edison Silva Magalhães, Jânio das Cunhas Lemes, Evangelista da Silva Filho, Faro Geraldo Kamps Reis e, Edson Leônidas Souza de Souza. São havendo a fatura da lista pena apreendida e nem avolum para a deliberação de materiais, o Senhor Presidente franqueou a tribuna aos Oradores inscritos. Como único Orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador Jânio das Cunhas Lemes, comentando magistralmente sobre as eleições, a importância do município, e clara menor do Rio, e onde os fatores políticos se manifestavam. Falou dos candidatos a Prefeito, relatando que de um lado estava o comunismo com o Prefeito Alair Bonfá, que em nada contribuia para o aproveitamento do pleito Democrático ao se retratar sistematicamente em particular dos debates promovidos em diversos segmentos da Comunidade. disse que como oponente ao comunismo estava o ex-Prefeito José do Nascimento sempre pronto para o debate, para expor suas ideias e programas de governo. disse que o fisco de Cabo Frio via de regra se administrava municipal continuando nas mãos daqueles que engrangavam ao fisco, dos maiores fosse pintados, ou até mesmo do desvio de verbas da prefeitura, para enriquecer patrimônios privados. Relatou que embora o município tivesse recebido nos últimos anos recursos imensos oriundos dos royalties do petróleo, nenhum ente havia sido aplicado na recuperação da laguna, no saneamento, e com

iniciava a legislação específica. Lutou o ex-vice da educação, que havia negocido, implantando-se a velha política de aluguel de mísseis para instalação de bairros improvisados, e pior, alugados a pessoas ligadas ao governo e ao ex-vice astrológico. Disse que o funcionalismo havia sofrido com a atual administração, com o maior desmatamento salarial nos últimos quatro anos. Disse que o reajuste foi apenas de dez por cento, e pior, perdendo o convênio saúde, embora como o mesmo disseram para o IBASCAF, que havia rompido convênio com o UNITED, e assim, o funcionalismo não obteve e in piora a fila do PAM para tratamento de saúde. Disse que um plano de saúde estava em média para a família de um funcionalista, cerca de duzentos e oitenta reais por mês, que era também o que havia sido negociado pelo ex-vice governo. Disse em prosseguimento que o povo estaria sendo iludido, e assim, em enzado cílico a frente de segunda-feira com o funcionalismo denunciando e esclarecendo a população. Disse que no dia anterior, o candidato José Bonifácio ao discurso no entro da cidade, havia prometido para cerca de dez reais de som, pagos com recursos cuja origem era desconhecida, e assim, tentaram impedi-la que vinda deles para os bairros e população. Finalizando, disse que em 1992, cerca de dez dias antes das eleições, foi divulgada pesquisa pelo IBOP, dando-se certo e novo por cento dos votos para o mesmo Alceu Ribeiro, e também o mesmo candidato José Bonifácio com cerca de vinte por cento, e que no dia da eleição, avançou a vitória de José Bonifácio para delinear de vinte e sete votos e assim afirmava que a história não se repetiu. Sado mais havendo a tratar, o Sínha encarregou a presente assessor em nome de Deus B. para constar, mandou que se lhe gravasse a presente Ata, que depois de tudo, submeteu a Apuração para homologação, aprovada, com assinatura para que fosse feita lesgislativa.

A B W M
B M M M M